

40º Encontro Anual da Anpocs
ST09 Democracia e desigualdades

Painel

A LIBERDADE ECONÔMICA EXPLICA A DEMOCRACIA LATINO-AMERICANA?

Ana Tereza Duarte Lima de Barros
Felipe Ferreira de Oliveira Rocha
Katharyne de Andrade Santos
Lidiane Pascoal da Silva
Luma Neto do Nascimento

A LIBERDADE ECONÔMICA EXPLICA A DEMOCRACIA LATINO-AMERICANA?

Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Felipe Ferreira de Oliveira Rocha

Katharyne de Andrade Santos

Lidiane Pascoal da Silva

Luma Neto do Nascimento¹

Resumo

A liberdade econômica interfere positivamente nos índices de avaliação de democracia na América Latina? O objetivo principal deste trabalho é testar a hipótese de que quanto maior o índice de liberdade econômica de um país da América Latina, melhor será o seu nível de desenvolvimento democrático. Metodologicamente, será feita uma análise descritiva e um ajuste de modelo de regressão linear de 4 variáveis independentes: PIB anual, Taxa de Crescimento do PIB, Índice de Gini e Índice de liberdade econômica. E da variável dependente: Nível de Democracia medido pelo Polity IV, de cada país da América Latina, entre os anos de 2007 e 2014. Os resultados sugerem que o índice de liberdade econômica interfere positivamente nos níveis de democracia e é o fator que mais explica a democracia na América Latina entre as variáveis econômicas estudadas.

Palavras-chave: Democracia. Liberdade econômica. América Latina.

Abstract

Does Economic freedom positively affects the democracy assessment rates in Latin America? The main objective of this study is to test the hypothesis that the greater the economic freedom index of a country in Latin America, the better its level of democratic development. Methodologically, we have done a descriptive analysis and a linear regression model adjustment of 4 independent variables: annual GDP, GDP growth rate, Gini Index and economic freedom index. And the dependent variable: Democracy level measured by Polity IV, of every country in Latin America between the years 2007 and 2014. The results suggest that the economic freedom index positively interfere in the levels of democracy and, between the economic variables studied, is the main factor that explains democracy in Latin America.

Keywords: *Democracy. Economic freedom. Latin America.*

¹ Todos os autores são estudantes do mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. Ana Tereza Duarte Lima de Barros, graduada em Direito, email: anaterzadlb@gmail.com; Felipe Ferreira de Oliveira Rocha, graduado em Relações Internacionais, email: fferreira135@hotmail.com; Katharyne Andrade, graduada em Relações Internacionais, email: katharyne75@gmail.com; Lidiane Pascoal da Silva, graduada em Relações Internacionais, email: lidianepascoal@gmail.com; Luma Neto do Nascimento, graduada em Ciência Política, email: luma.neto@gmail.com.

Introdução

Como já afirmava Tocqueville (1985), a democracia deve ser aspecto central no cenário político de uma sociedade, pois imprime a ela a ideia de igualdade de condições: a república democrática é caracterizada em sua concepção como o governo dos livres e iguais. Assim, seria possível garantir igualdade moral e jurídica, dignidade e liberdade civil entre os cidadãos. Vale ressaltar, contudo, que apenas a existência da democracia em um Estado não significa garantir tais aspectos. É necessário, ainda, que esta democracia, aliada a instituições eficientes, atendam preceitos constitucionais básicos e garantam alguns mecanismos efetivos de controles sociais para que se alcance uma democracia de qualidade.

Nesse sentido, a qualidade de uma democracia está estreitamente ligada a aspectos que permitam o seu pleno funcionamento e a sua estabilidade. Dessa forma, o desenvolvimento econômico seria uma forma de o regime democrático se constituir em uma situação de equilíbrio e permanência da estrutura, trazendo, portanto, mais estabilidade ao sistema político de um país. Lipset (1959), por exemplo, fala de desenvolvimento econômico como a presença de alta renda per capita, segurança econômica e altos níveis de educação, onde o aumento da riqueza afetaria não apenas as condições sociais dos trabalhadores, mas também o papel político dos cidadãos.

Assim, a fim de entender a relação existente entre democracia e desenvolvimento, o objetivo desta pesquisa procura responder se a liberdade econômica interfere positivamente nos índices de avaliação de democracia na América Latina, a partir do teste da hipótese de que quanto maior o índice de liberdade econômica de um país latino-americano, melhor será o seu nível de desenvolvimento democrático. Também será testada nesta pesquisa a hipótese de que a liberdade econômica é o fator de maior impacto nos níveis de mensuração democrática da América Latina, em relação à riqueza, à taxa de crescimento econômico e à desigualdade².

² Algumas observações técnicas da inferência estatística que utilizaremos: A hipótese de pesquisa é uma afirmação no sentido de prever de que forma as variáveis se comportariam e se relacionariam entre si. Dessa maneira, a hipótese nula afirma a não existência de efeitos na população e a alternativa afirma a existência de tal efeito. O que condiciona a lógica do teste das hipóteses, então, é o p valor. Trata-se de uma medida da obtenção dos resultados encontrados caso não houvesse relacionamento entre as variáveis estudadas na população. Via de regra, diz-se que um p cujo valor seja menor ou igual que 0,05 faz com que a hipótese nula seja descartada e a alternativa validada (DANCEY; REIDY, 2013, p. 149-152; FIGUEIREDO FILHO et al, 2013). Desse modo, no nosso artigo, a hipótese nula diz que a liberdade

Para tanto, será feita uma análise descritiva e um ajuste de modelo de regressão linear de 4 variáveis independentes: PIB anual, Taxa de Crescimento do PIB, Índice de Gini e Índice de liberdade econômica, além da variável dependente, o nível de democracia medido pelo Polity IV, em cada país da América Latina entre os anos de 2007 e 2014. A fim de testar a análise proposta e descobrir se a relação entre as variáveis é positiva, a primeira seção se encarregará de discutir as teorias já existentes sobre a associação entre crescimento econômico e regimes políticos democráticos. Na segunda seção será explorada a metodologia utilizada para testar as hipóteses e permitir a replicabilidade dos resultados. Por fim, a terceira seção mostrará os resultados obtidos através da análise do modelo de regressão linear.

1 UMA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A democracia, mesmo sendo um tema bastante discorrido, traz consigo uma série de questões que estão presentes nas sociedades contemporâneas. Uma delas se refere à associação existente entre desenvolvimento econômico e regime democrático. Assim, Ha-Joon Chang (2004) discorre acerca da estratégia de desenvolvimento econômico em perspectiva histórica. A ideia principal desse autor é a de que os países em desenvolvimento são pressionados pelos países desenvolvidos a adotarem “boas políticas” e “boas instituições” como forma de garantir o desenvolvimento econômico. Grosso modo, as boas políticas referem-se aquelas ditadas pelo Consenso de Washington, principalmente, a liberalização comercial e a desregulamentação do mercado (CHANG, 2004).

Por outro lado, as boas instituições dizem respeito, sobretudo, a uma democracia robusta. No entanto, de acordo com a análise de Chang (2004), os países desenvolvidos não adotaram o modelo que sugerem aos países em desenvolvimento. Ou seja, através de evidências históricas, o autor desconstrói a concepção de que o Consenso de Washington e uma robustez democrática são parâmetros cruciais para o desenvolvimento de um país.

Nesse contexto, no decorrer da trajetória dos países desenvolvidos, eles aderiram a um protecionismo de mercado e não possuíam um alto nível de democracia, o qual eles

econômica não interfere no nível de qualidade democrática em países da América Latina, enquanto que a hipótese alternativa, nossa hipótese de trabalho, diz que as variáveis se interferem positivamente.

recomendam aos países em desenvolvimento. Isto evidencia que, em uma perspectiva histórica, a democracia não foi fundamental para que os países atingissem o desenvolvimento econômico. Assim, tal concepção da teoria do desenvolvimento econômico, permite a reflexão do quão crucial é uma análise bastante meticulosa acerca do impacto da economia em sistemas democráticos. Também se abre um leque para averiguar quais são as variáveis econômicas que causam efeito direto na democracia. Este é o momento em que a teoria se conecta a parte empírica para mensurar a qualidade da democracia de um país.

1.1 Desenvolvimento Econômico e Democracia: A Abordagem de Lipset.

Lipset foi um dos primeiros cientistas políticos a escrever sobre desenvolvimento econômico e democracia. Em seu artigo “Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy”, Lipset (1959, p. 75) considera que a democracia está relacionada ao desenvolvimento econômico do país. No caso: quanto mais rico um país, maiores as chances de que ele consiga manter um regime democrático. Só em países com poucos pobres é que a maior parte da população poderia participar inteligentemente do processo político, assim como seria capaz de evitar sucumbir ao apelo de “demagogos irresponsáveis”. Lipset (1959, p. 75-77) constata, empiricamente, que alta riqueza, alto grau de industrialização e urbanização, e alto nível de educação, são mais comuns em países mais democráticos.

O autor entende o desenvolvimento econômico como a presença de alta renda per capita, segurança econômica e altos níveis de educação. O aumento da riqueza afetaria não apenas as condições sociais dos trabalhadores, mas também o papel político da classe média, uma vez que ela se torna capaz de recompensar os partidos democráticos e de penalizar os grupos extremistas. A renda nacional também estaria relacionada com os valores políticos da classe alta, uma vez que, quanto mais pobre o país, mais a classe alta tende a tratar as classes mais baixas como uma classe verdadeiramente “inferior”. Consequentemente, em países mais pobres, a classe alta tende a considerar os direitos políticos das classes baixas, assim como seu direito a também compartilhar o poder, como absurdo e imoral (LIPSET, 1959, p. 83-84).

O nível geral de renda também incidiria na receptividade das regras democráticas. Países mais ricos tendem a desenvolver regras mais “universalísticas”, enquanto países

mais pobres tendem a manter o nepotismo, o que os impede de desenvolverem uma burocracia eficiente (LIPSET, 1959, p. 84).

Por fim, Lipset (1959, p. 84-85) destaca o papel das organizações e instituições intermediárias, que atuam como uma forma de “contrapoder” e recrutam participantes no processo político. O autor salienta que pessoas filiadas a alguma associação tendem a ter opiniões mais democráticas em questões relativas à tolerância e ao sistema de partidos, além de estarem mais aptas a participar do processo político.

1.2 Os fatores econômicos que mantêm as democracias, segundo Przeworski et al

Przeworski et al (1997) defendem que, para que se possa ter um regime democrático, são necessárias as seguintes condições: democracia, riqueza, crescimento com inflação moderada, desigualdade decrescente, um clima favorável e instituições parlamentaristas. Os autores argumentam que as ditaduras não oferecem nenhuma vantagem quando o objetivo é desenvolvimento e democracia (PRZEWORSKI et al, 1997, p. 116).

Przeworski et al (1997:116), no que diz respeito à riqueza, argumentam que o nível de desenvolvimento econômico tem forte efeito sobre a probabilidade de que a democracia sobreviverá. Contrariamente a Huntington (1968) e O'Donnell (1986), que acreditam haver um nível de desenvolvimento que, se ultrapassado, reduz a probabilidade de sobrevivência da democracia, Przeworski et al (1997) acreditam que em nenhum nível de desenvolvimento as democracias se tornam mais frágeis do que elas eram quando mais pobres.

No que tange ao desempenho econômico, os autores acreditam que as democracias podem sobreviver em países pobres, contanto que mantenham a taxa de inflação moderada e gerem crescimento econômico. Contrariamente a Lipset (1959), Mancur Olson (1991) e Huntington (1968), Przeworski et al acreditam que a democracia não se desestabiliza quando um país cresce rapidamente, muito pelo contrário, as que crescem mais rápido estariam mais propensas a sobreviver do que as que crescem lentamente. O fator que ameaça, realmente, a estabilidade democrática seriam as crises econômicas (PRZEWORSKI et al, 1997, p. 118).

Por fim, o último fator econômico apresentado pelos autores é a desigualdade de renda. Os autores descobriram que a democracia estaria mais propensa a sobreviver em

países nos quais a desigualdade é declinante ao longo do tempo (PRZEWORSKI, 1997, p. 119).

1.3 Os Determinantes Econômicos para a Prosperidade, segundo Jan Teorell

Jan Teorell (2010: 57), assim como Przeworski et al (2000) e Persson e Tabellini (2009), argumenta que, durante a terceira onda de democratização, a modernização socioeconômica não resultou em um avanço democrático nos países mais modernizados³. Na verdade, houve uma tendência dos países menos modernizados socioeconomicamente a retrocederem a um autoritarismo.

Para Teorell (2010, p. 67-68), nem o nível de educação, nem de industrialização, urbanização ou renda nacional evitam um retrocesso ao autoritarismo. Um indicador que teria impacto seria o nível de proliferação midiática, só que essa mídia não levaria à democratização em um contexto autoritário, já que, em regimes autoritários, a mídia é utilizada como instrumento político pelo líder. O que a proliferação midiática pode fazer é evitar que as democracias se de-democratizem.

Em momentos de crise econômica, ao ver a capacidade estatal decair, o setor privado que apoia o regime autoritário tende a começar a enxergar a democracia como uma melhor alternativa. Em segundo lugar, em época de crise, o governo passa a não poder mais evitar a oposição de setores populares, como através de empregos públicos e subsídios, o que faz com que insurjam mobilizações e protestos populares. Por último, e concordando com Haggard e Kaufman (1995), O'Donnell e Schmitter (1986) e Przeworski (1991), as crises econômicas geram divisões dentro do próprio regime, o que é a principal causa de fim de regimes autoritários (TEORELL, 2010, p. 70-71).

Teorell (2010, p. 59) concorda com as descobertas de Ross (2001) sobre os efeitos antidemocráticos do petróleo. Os países dependentes do petróleo tendem a recusar um aumento no nível de democracia. Por fim, o autor conclui alegando que as conquistas democráticas sobrevivem mais facilmente em níveis mais elevados de modernização socioeconômica (TEORELL, 2010, p. 76).

³ O conceito de democracia de Teorell é contínuo e o de Przeworski é binário. Isto faz diferença no momento de medir a relação entre democracia e crescimento econômico.

1.4 Enfim, os regimes políticos mantêm o crescimento econômico?

Przeworski e Limongi (1993) buscam investigar se, de fato, existe relação entre o regime político (democracia ou ditadura) e o crescimento econômico. Para tanto, eles revisam a literatura teórica e os estudos estatísticos. Ao fim, chegam à conclusão de que falar em regime político não é o meio mais válido de investigação e estratégia inferencial eficiente. Ou seja, não é necessariamente uma democracia ou uma ditadura que ocasionará o crescimento ou recrudescimento econômico, mas a natureza e a engenharia das instituições políticas envolvidas em cada regime observado.

Em termos teóricos, os autores afirmam existir dois grupos na literatura: os que são a favor da afirmação de que a democracia sustenta o crescimento econômico e os que são contra tal afirmação. Antes de apresentar os argumentos dos dois grupos, os autores desmistificam a afirmação de que a democracia necessariamente assegura os direitos de propriedade. Portanto, os argumentos contra a afirmação de que a democracia é uma condição necessária para o crescimento econômico, em resumo, são: a. A democracia abala o investimento por padecer da instabilidade de pressões consumo imediato (HUNTINGTON, 1968; HUNTINGTON, DOMINGUEZ, 1975) o que faz com que a ditadura assegure a fonte maior de poupança (RAO, 1984); b. A ditadura isola o Estado das pressões de interesses particulares, logo, as democracias são repletas dos problemas da ação coletiva (HAGGARD, 1990). Por outro lado, North (1990), Barro (1990), Findlay (1990), Olson (1991) e Przeworski (1990) são adeptos do argumento de que os dirigentes autônomos são predatórios ao crescimento, e não a democracia.

Perante esse debate, o texto, então, traz a evidência estatística. Assim, ao examinarem dezoito estudos, os autores afirmam que:

Em certo sentido, os críticos e os defensores da democracia travam um diálogo de surdos. Os críticos supõem que as ditaduras são melhores na mobilização de poupança; os defensores, que as democracias são melhores na alocação de investimento. Ambos os argumentos podem ser verdadeiros, mas, como veremos, a evidência estatística é inconclusiva e os estudos que a produziram apresentam graves problemas. (PRZEWORSKI; LIMONGI, 1993, p. 183).

Desse modo, dos dezoito estudos que geraram vinte e uma conclusões: oito concluíram em favor do autoritarismo, oito em favor da democracia e cinco não apontaram diferença. Nesse ínterim, os autores do *paper* afirmam que o desenho de pesquisa desses estudos é complexo, a regressão simples falha do mesmo modo que a comparação de médias e há vários vieses de seleção. Os autores concluem com uma

advertência de que os resultados são muito sensíveis a alterações na equação do modelo de regressão afetando o sinal. Ou seja: “Embora o recurso à simulação constitua ao menos uma garantia de que não se atribuem a regimes efeitos que eles não produzem, ainda é possível que este recurso se mostre incapaz de captar os efeitos que os regimes, de fato, exercem” (Przeworski; Limongi, 1993, p. 187). Justamente por isso, os autores afirmam que a resposta para a pergunta de investigação que eles tinham se proposto e que era a de saber se a democracia auxilia ou não no crescimento econômico não pode ser respondida e resta em aberto para discussões maiores, como a que propomos aqui.

Para contribuir com os estudos sobre democracia e desempenho econômico, o presente trabalho buscará responder a seguinte pergunta: a liberdade econômica interfere positivamente os índices de avaliação de democracia na América Latina? Pretende-se testar a hipótese de que a liberdade econômica interfere positivamente no nível democrático de um país da América Latina. Será testada também a hipótese de que a liberdade econômica é o fator de maior impacto nos níveis de mensuração democrática da América Latina, em relação à riqueza, à taxa de crescimento econômico e à desigualdade.

2 METODOLOGIA

Esta seção descreve os principais procedimentos adotados de modo a permitir a replicabilidade do trabalho (KING, 1995; JANZ, 2015). Primeiramente será feita uma análise descritiva da variável dependente Nível de Democracia, que é quantitativa discreta e medida através do índice de classificação de regimes Polity IV. Logo após serão analisadas as 4 variáveis independentes quantitativas contínuas: índice de liberdade econômica, PIB anual, Taxa de Crescimento do PIB e Índice de Gini. Logo após, será feita a análise do ajuste de modelo de regressão linear, utilizando as mesmas variáveis acima citadas. O quadro a seguir sumariza as informações acerca do desenho de pesquisa:

Quadro 1 – Síntese das informações do desenho de pesquisa

Variáveis Independentes	Índice de Liberdade Econômica PIB anual a preços constantes de dólares Taxa de crescimento do PIB Índice de Gini
Variável Dependente	Nível de Democracia (Polity IV)
Amostra	18 países da América Latina (apenas Cuba e Haiti foram excluídos).
Técnicas	Estatística descritiva e regressão linear ⁴
Fonte de dados	CEPAL Banco Mundial Index of Economic Freedom (fundação Heritage) Polity IV

Fonte: Elaborado pelos autores

O índice de mensuração democrática Polity IV está disponível no próprio site do projeto.⁵ É uma variável quantitativa discreta, portanto não assume frações. O Polity IV possui uma escala de -10 a +10, que se divide em: -10 “autocracias plenas”; -9 a -4 “autoritários”; -5 a 0 “anocracias fechadas”; +1 a +5 “anocracias abertas”; +6 a +9 “democracias”; e +10 “democracias plenas”.

Será apresentada a evolução das médias das variáveis mencionadas entre os anos de 2007 e 2014, para cada um dos países da América Latina, exceto o Haiti. Este país foi retirado da amostra devido à sua pontuação fora do intervalo válido, de -10 a +10, na variável dependente. O Haiti recebeu a pontuação de -77, uma pontuação especial, devido a sua ocupação/ausência de governo, entre os anos de 2010 e 2014, ou seja, nos 5 dos 8 anos estudados.

O índice de liberdade econômica está disponível no site da fundação Heritage⁶. A liberdade econômica é medida pela média aritmética de dez liberdades econômicas,

⁴ A estatística descritiva fornece medidas de tendência central tal como N, a média e o desvio padrão. Torna-se importante por indicar escores típicos da amostra e auxiliarem na análise exploratória e visualização dos dados (DANCEY; REIDY, 2013). A regressão linear, por seu turno, é um instrumento robusto de análise de dados ao fazer “possível utilizar as variáveis independentes para prever os valores da variável dependente” (FIGUEIREDO FILHO et al, 2011, p.49).

⁵ Link para acesso aos dados do índice Polity IV: <http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm>

⁶ Link de acesso aos dados do Índice de Liberdade Econômica: <http://www.heritage.org/index/explore>

classificadas em uma escala de 0 a 100. A hipótese é de que quanto maior o índice de liberdade econômica, maior será o nível de democracia de um país da América Latina.

O PIB anual está disponível no site da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL⁷. Foi utilizado o PIB anual a preços constantes de dólares. A Taxa de Crescimento do PIB foi retirada do mesmo site. A hipótese é que quanto maior a riqueza e o nível de crescimento econômico de um país, maior será o nível democrático.

O índice de Gini está disponível no site do Banco Mundial⁸. Um índice de Gini de 0 representa igualdade perfeita, enquanto um índice de 100 implica desigualdade perfeita. A hipótese é a de que uma menor desigualdade interfere positivamente na avaliação de um regime para a democracia.

Todas as variáveis apresentam 152 casos, exceto o índice de Gini. Esta variável não possui nenhuma medição para o ano de 2014 e sofre com a ausência de valores para Cuba e Venezuela, além da falta de alguns anos distribuídos pelos demais países, resultando em 97 casos.

3 RESULTADOS

MUNCK e VERKUILEN (2002), discutindo 9 medidas democráticas, incluindo o Polity IV, afirmam que a conceituação de democracia abordada por estas avaliações, são, em diferentes medidas, influenciadas por Dahl (1972, p. 4–6), em cuja obra a democracia consiste em dois atributos: concorrência e participação. De fato, o índice de medição de regimes Polity IV é composto por tais atributos. São seis componentes de medição que constituem um *ranking* das qualidades-chave do processo eleitoral, sendo elas: 1) a regulação do recrutamento do Executivo; 2) a competitividade no recrutamento do Executivo; 3) a abertura no recrutamento do Executivo; 4) as restrições ao Executivo; 5) a regulação da participação; e 6) a competitividade de participação (MARSHALL; GURR; JAGGERS; 2014).

A regulação do recrutamento do Executivo corresponde ao grau em que um governo tem um sistema de procedimentos institucionalizados para a transferência de poder no Executivo. A competitividade nesse recrutamento refere-se à em que medida há

⁷ Link de acesso aos dados da CEPAL: http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp

⁸ Link de acesso aos dados do Banco Mundial: <http://data.worldbank.org/>.

igualdade de oportunidades entre os competidores. O recrutamento do chefe do Executivo é "aberto" na proporção em que toda a população politicamente ativa tem a oportunidade, em princípio, de alcançar este poder através de um processo regulamentado. As restrições ao Executivo se referem à extensão das restrições institucionalizadas na tomada de decisão no poder Executivo, ou seja, em que medida os freios e contrapesos funcionam em um determinado governo, no que se refere às decisões do poder central. A participação é completamente regulada quando nenhum problema, grupo significativo ou tipos convencionais de ação política são regularmente excluídas do processo político. E a competitividade da participação política compreendendo o quanto as diferentes alternativas e preferências podem chegar à arena política (MARSHALL; GURR; JAGGERS; 2014).

O índice de medição de níveis democráticos Polity IV possui uma escala de medição de -10 a +10, não considerando frações. O valor mais alto, 10, representa uma "democracia plena"; os valores entre 6 e 9 equivalem a "democracias"; os valores entre 1 e 5 são de regimes denominados "anocracias abertas"; entre -5 e 0 são "anocracias fechadas"; e, finalmente, entre -10 e -6, estariam os países "autoritários".

Daí fica a curiosidade: o que seriam "anocracias"? Anocracias seriam regimes híbridos, onde os governos não são nem totalmente democráticos nem totalmente autocráticos, mas combinam traços e práticas democráticas e autocráticas. A anocracia é caracterizada pelo Polity IV por instituições e elites políticas que são muito menos capazes de realizar tarefas fundamentais e assegurar a sua própria continuidade. Regimes anocráticos são mais vulneráveis para o aparecimento de novos eventos de instabilidade política, como focos de conflito armado ou golpes de estado (MARSHALL & COLE, 2014).

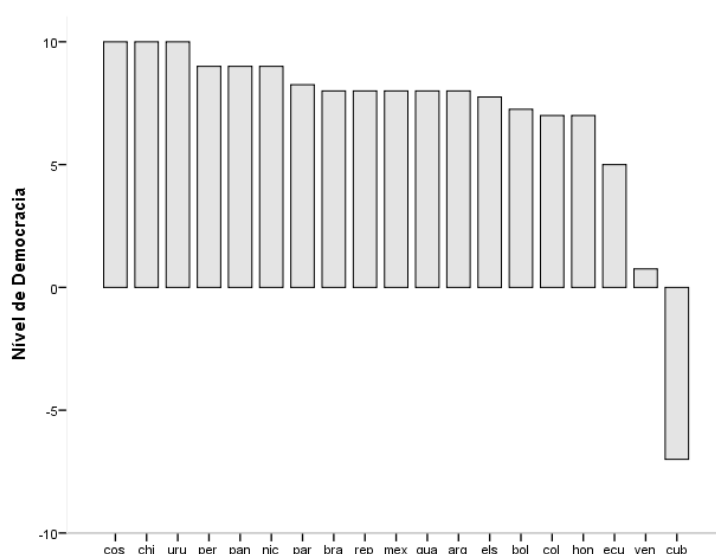
Nos 19 países da América Latina estudados durante o período de 2007 a 2014, a média do Polity IV foi de 7 pontos. Ou seja, em média os países da América Latina foram considerados "democráticos" no período estudado, o que é observado na estatística descritiva dos indicadores utilizados neste trabalho (tabela 1). Portanto, na média, os governos da América Latina, entre 2007 e 2008, ficaram em um patamar abaixo da democracia plena. Os motivos podem ser um sistema fraco de freios e contrapesos no poder executivo, algumas restrições sobre participação política ou deficiências na aplicação do Estado de Direito.

Tabela 1 – Estatística Descritiva das Variáveis Estudadas

Variável	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Polity IV	152	-7	10	7,00	3,987
PIB	152	8.469,79	2.403.977,46	270.464,82	524.831,30
Taxa de Crescimento do PIB	152	-4,74	14,22	4,10	3,17
Índice de Gini	97	41,32	59,37	49,40	4,04
Índice de Liberdade Econômica	152	26,7	79,0	58,94	11,37

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Polity IV, da CEPAL, do Banco Mundial e do *Index of Economic Freedom*.

Como pode ser verificado do gráfico 1, os países que mostraram as maiores médias nos níveis de mensuração democrática do Polity IV foram Chile, Costa Rica e Uruguai, sendo classificados como “*Democracias plenas*”. Os três países atingiram a pontuação máxima de 10 pontos, em cada um dos anos entre 2007 e 2014. O valor 10 indica uma democracia completamente institucionalizada, que possui instituições que viabilizem uma participação política deliberativa, aberta e competitiva, ou seja, escolhe e substitui o chefe do executivo em eleições competitivas e impõe freios e contrapesos sobre os poderes discricionários do chefe executivo (MARSHALL & COLE, 2014).

Gráfico 1 – Média do Nível de Democracia por país da América Latina

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Polity IV.

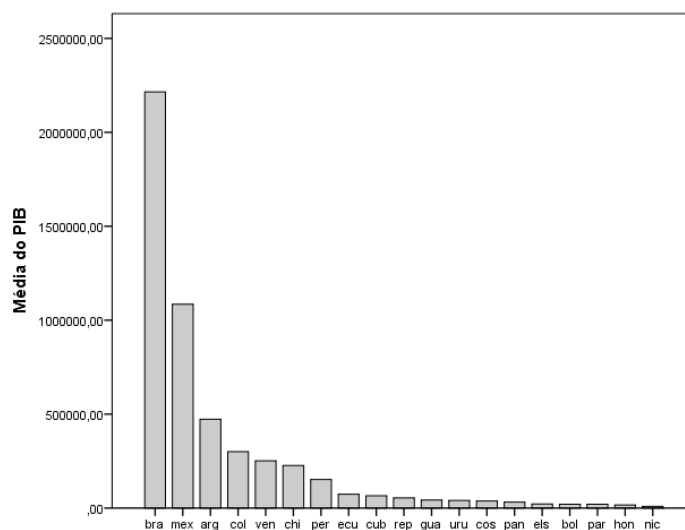
Cuba possui os menores índices democráticos na América Latina. De 2007 a 2014, o país atingiu a pontuação de -7, o que representa um nível de regime autocrático. Um governo autocrático, na definição adotada pelo Polity IV, é caracterizado pelo regime autoritário de líderes personalistas, juntas militares, ou estruturas de um único partido (MARSHALL & COLE, 2014).

A Venezuela possui o segundo pior desempenho democrático na região. Entre os anos de 2009 e 2012, a Venezuela, foi alocada entre as “anocracias fechadas”, ou seja, uma anocracia com tendências mais autoritárias, o que corresponde ao final do segundo governo de Hugo Chávez. Durante os anos de 2007 e 2008, início do segundo governo chavista, e no início do governo de Nicolás Maduro (2013 e 2014), o Polity IV colocou o país na posição de uma “anocracia aberta”, ou seja, uma anocracia com mais traços democráticos.

O Haiti foi excluído da análise por não apresentar uma pontuação válida entre os anos de 2010 e 2014. De acordo com o Polity IV, o valor especial de -77 compreendido nesse período significa um “*interregnum*”, ou seja, um país sem governo, ocupado. A título de informação, durante os anos de 2007 a 2009 o país atingiu um nível de 5 pontos na escala do Polity IV. Esse valor representa que nesse período o país encontrava-se em uma anocracia aberta. Além da Venezuela e do Haiti, apenas o Equador recebeu esta mesma classificação pelo Polity IV, entretanto com a mesma pontuação (5 pontos) em todos os anos do corte temporal.

O Brasil, apesar de possuir a maior média do PIB nacional na América Latina, como pode ser observado no gráfico 2, está na 8ª posição no índice Polity IV. Outro destaque vai para Cuba: mesmo sendo o único país considerado autoritário na região, possui um PIB médio maior do que os de países considerados plenamente democráticos, como Costa Rica e Uruguai.

Gráfico 2 – Média do PIB total anual a preços constantes em dólares por país da América Latina



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da CEPAL.

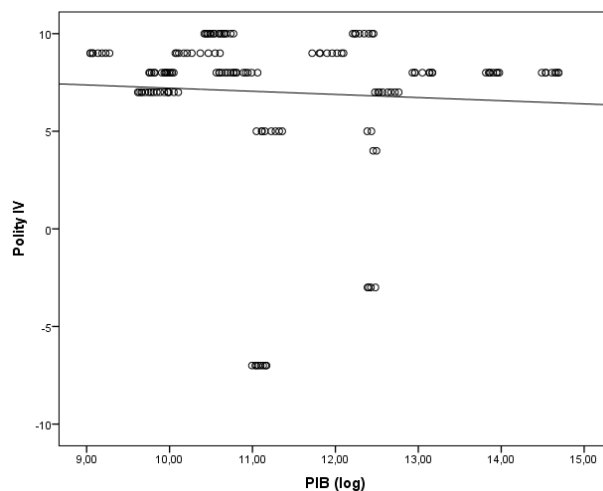
Os 19 países da América Latina estudados formam, durante o período estudado, um PIB médio de US\$ 270.464,82, com um desvio-padrão duas vezes maior que a média (US\$ 524.831,30). Portanto, fica evidente o já esperado alto grau de desigualdade econômica entre os países estudados.

Para o ajuste de modelo de regressão linear foi utilizado o logaritmo do PIB, o que torna possível uma medição mais clara do PIB na variável dependente. A correlação entre o logaritmo e o PIB real mostrou ser de 0,802 (p-valor= 0,000)⁹.

A correlação entre o PIB (log) e o nível de democracia apresentou um baixo valor e uma baixa significância (p-valor= 0,422), medindo -0,06, portanto, muito próximo de zero, ou seja, da ausência de correlação, como pode ser observado no gráfico de dispersão a seguir. Na parte inferior do gráfico mostram-se os dois grupos de casos que se afastam dos demais: Cuba e Venezuela, devido às suas baixas avaliações democráticas.

⁹ A correlação que aqui nos referimos é a correlação produto-momento, ou correlação de Pearson, ou ainda o r de Pearson. Trata-se de um coeficiente criado por Karl Pearson e Francis Galton. Esse coeficiente mensura o grau de associação entre duas variáveis quantitativas (discretas ou contínuas). Ele varia de -1 a +1. O sinal, positivo ou negativo, determina a direção da relação (relacionados positivamente ou negativamente) e a magnitude é dita forte quanto mais for à proximidade com um. Assim -1 e +1 são correlações fortes (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2010).

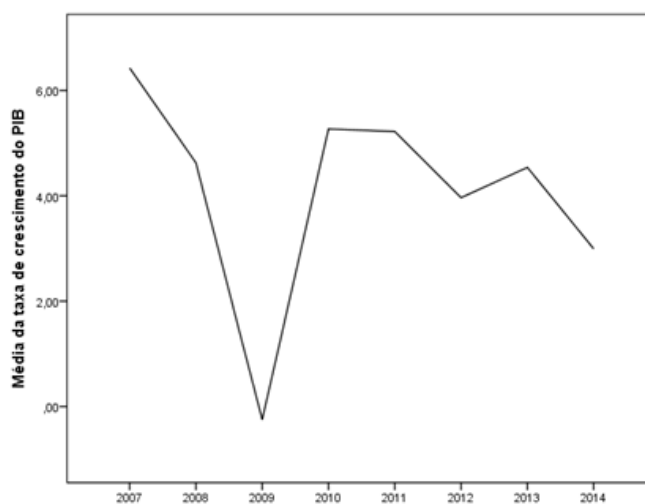
Gráfico 3 – Gráfico de Dispersão entre as variáveis Nível de Democracia (Polity IV) e PIB (log)



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da CEPAL.

Como pode ser observado no gráfico 4, a média da taxa de crescimento do PIB entre os 19 países estudados teve uma queda entre os anos de 2007 e 2009, e entre 2009 e 2010 ganhou uma maior recuperação, mas passou a oscilar nos três últimos anos analisados, voltando a cair em 2014.

Gráfico 4 – Média da taxa de crescimento do PIB em 19 países da América Latina no período entre 2007 e 2014

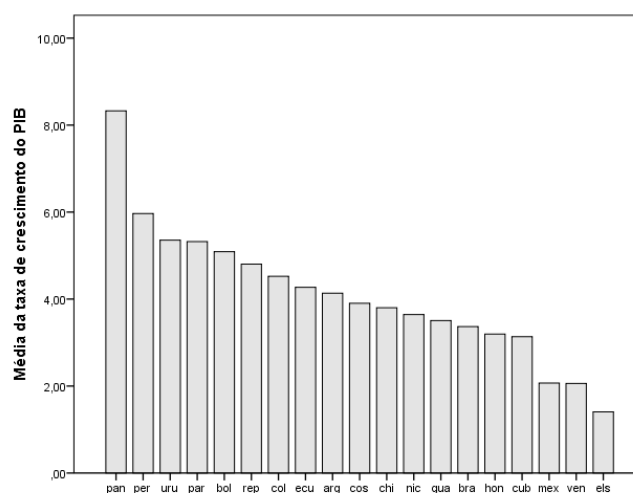


Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da CEPAL.

Observa-se no gráfico 5 que o Panamá foi o país da América Latina com a maior média da taxa de crescimento econômico entre os países estudados. Ressalta-se que o

país é o 5º mais democrático da região. El Salvador foi o país que, em média, menos cresceu no período estudado. A Venezuela mostrou um resultado igual ao nível democrático: permaneceu no penúltimo lugar entre os países estudados.

Gráfico 5 – Média da Taxa de Crescimento do PIB por país da América Latina



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da CEPAL.

Ao contrário do PIB, a Taxa de Crescimento do PIB apresentou uma maior correlação com a variável dependente, apresentando um coeficiente de 0,173 (p-valor=0,033).

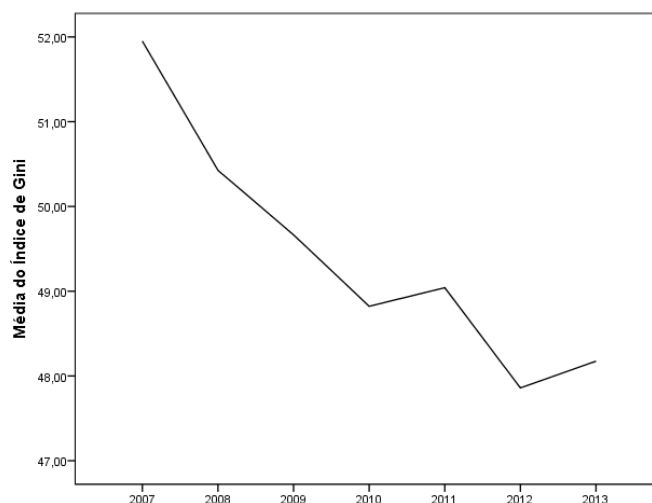
O Índice de Gini mede a extensão em que a distribuição de renda entre os indivíduos ou agregados familiares dentro de uma economia desvia de uma distribuição perfeitamente igual, segundo a definição usada pelo Banco Mundial. Um índice de Gini de 0 representa igualdade perfeita, enquanto um índice de 100 implica desigualdade perfeita.

Devido à ausência de dados para o ano de 2014 em todos os países, de todos os anos para Cuba e Venezuela e de alguns anos distribuídos entre os 19 países, o número de observações caiu de 152 nas demais variáveis para 97 no índice de Gini, como pode ser observado na tabela 1 mostrada anteriormente. O país que apresentou a menor média de desigualdade nos anos estudados foi El Salvador, enquanto que a Colômbia apresentou ser o mais desigual.

De um modo geral, a média de desigualdade da América Latina diminuiu ao longo do período estudado, como pode ser observado no gráfico 6. Houve uma queda

mais acentuada entre os anos de 2007 e 2010, atingindo o seu menor valor no ano de 2012 e em 2013 voltou a crescer.

Gráfico 6 – Evolução da média do Índice de Gini na América Latina



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Banco Mundial.

O índice de Gini apresentou uma correlação de sinal negativo, portanto, uma menor desigualdade está relacionada às melhores avaliações democráticas, com um valor de -0,243 (p-valor= 0,017).

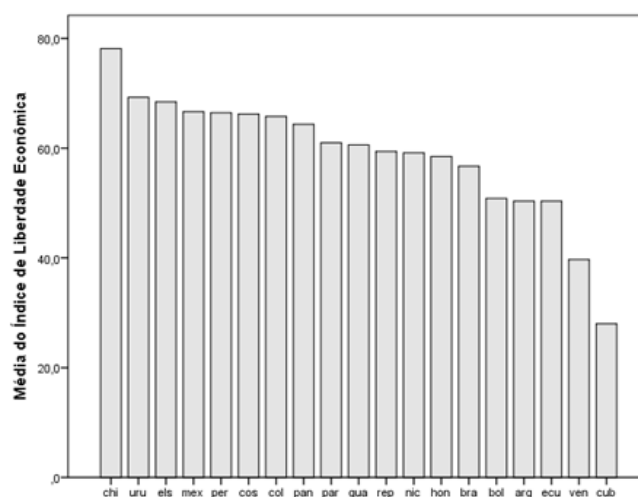
O índice de liberdade econômica, elaborado pela fundação Heritage e variável independente desta pesquisa, mede a liberdade econômica com base em 10 fatores quantitativos e qualitativos, agrupados em quatro grandes categorias, ou pilares, de liberdade econômica: Estado de Direito (direitos de propriedade, nível de corrupção); Governo Limitado (liberdade fiscal, gastos do governo); Eficiência regulamentar (liberdade comercial, liberdade de trabalho, liberdade monetária); e Mercados abertos (liberdade de comércio, liberdade de investimento, liberdade financeira). Cada uma das dez liberdades econômicas dentro dessas categorias é classificada em uma escala de 0 a 100. A pontuação geral do país é derivada pela média aritmética dessas dez liberdades econômicas, ou seja, com igual importância a cada uma (MILLER & KIM, 2016)..

Os países que possuem uma pontuação entre 80 e 100 são completamente livres economicamente. Nenhum país da América Latina foi alocado nessa categoria em nenhum dos anos estudados. Aqueles que obtiveram uma pontuação entre 7 e 79,9, são países predominantemente livres. O Chile foi o único país entre os 19 estudados que foi

classificado nesta categoria em todos os anos estudados, com uma média de 78,15. Logo, é o país da América Latina que, na média, possui o maior nível de liberdade econômica, o que fica evidente no gráfico 7. Apenas a Colômbia, no ano de 2014 e o Uruguai em 2011, conseguiram atingir a pontuação dessa categoria, com 70,7 e 70, respectivamente. Os valores entre 60 e 69,9 representam países de liberdade econômica moderada, e 6 dos 19 países estão, na média do período estudado, dentro dessa categoria, sendo eles: Guatemala, Paraguai, Panamá, Colômbia, Costa Rica, Peru, México, El Salvador e Uruguai.

Ao analisar a liberdade econômica e o nível de democracia, Chile e Uruguai estavam entre os países que possuíam o maior nível de liberdade econômica na região, com médias de 78,15 e 69,26 respectivamente, e também tinham o maior nível de democracia. Já a Costa Rica ocupa a 6ª colocação no ranking de liberdade econômica. Cuba foi o único país da América Latina considerado completamente autocrático no período estudado, assim como foi o que obteve a menor média do índice de liberdade econômica entre os países da América Latina, possuindo uma média de 27,98.

Gráfico 7 – Média do Índice de Liberdade Econômica por país da América Latina



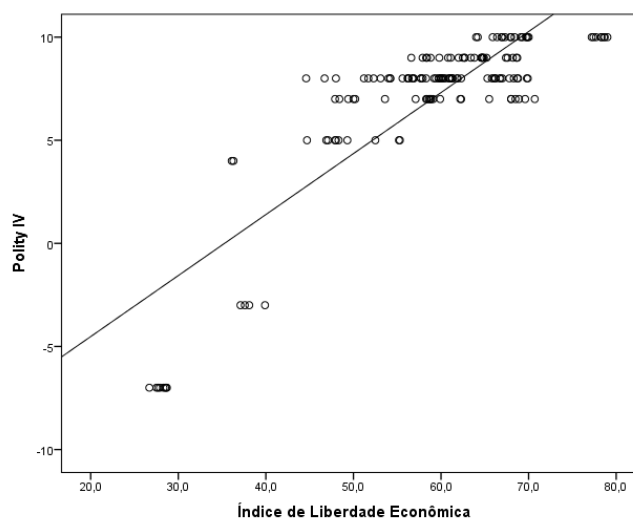
Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do *Index of Economic Freedom*.

A maioria dos países latino-americanos é, em média, predominantemente não-livre, o que pôde ser verificado na estatística descritiva da tabela 1. Nos 19 países da América Latina estudados, a média de desempenho no período compreendido entre 2007

e 2014, foi de 58,93. O valor mínimo apresentado foi de 26,7 no ano de 2010 em Cuba e o valor máximo foi de 79 no ano de 2013, no Chile. Cuba e Venezuela, assim como possuem os piores níveis de democracia na América Latina, também foram os que receberam as piores avaliações no índice de liberdade econômica. Ambos foram classificados como países de liberdade reprimida, a Venezuela com média de 39,71 e Cuba com 27,99.

O nível de liberdade econômica de um país da América Latina mostrou estar altamente correlacionado ao seu nível de desenvolvimento democrático, com um coeficiente de correlação de 0,844 (p-valor= 0,000). A maior correlação registrada com a variável dependente no presente desenho de pesquisa. Portanto, demonstra-se que a o índice de liberdade econômica, entre as demais variáveis também de cunho econômico, mostrou ser a que possui a maior correlação com os níveis de avaliação democrática de um país da América Latina. Uma alta correlação positiva mais facilmente observada no gráfico de dispersão (gráfico 8), que demonstra dois casos destoantes. Cuba possui, em média, uma liberdade econômica próxima de 30 e uma avaliação de um país autoritário em média de valor -7. Outro valor que se distancia da distribuição é a Venezuela. Com uma liberdade econômica em valores em torno de 40, a sua avaliação de anocracia mede em torno -3 pontos. Este país mostrou um resultado igual ao nível democrático e do PIB: permaneceu no penúltimo lugar entre os países estudados.

Gráfico 8 – Gráfico de dispersão entre o Nível de Democracia e o Índice de Liberdade Econômica



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do *Index of Economic Freedom*.

No ajuste de modelo de regressão linear proposto neste trabalho¹⁰, temos em nosso favor que, tecnicamente, as estatísticas de ajuste do modelo sugere um R^2 0,483 e R^2 ajustado de 0,461, que estão muito acima dos indicadores de ajuste usualmente reportados em modelos de ciência política, o que pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2 - Regressão Linear Múltipla (MQO)

Modelo	Coeficientes Não-Padronizados		Coeficientes Padronizados	t	Significância
	B	Erro Padronizado	Beta		
(Constante)	3,889	1,692		2,298	,024
PIB (log)	,030	,068	,033	,436	,664
T. Crescimento do PIB	,067	,029	,172	2,283	,025
Índice de Gini	-,073	,025	-,225	-2,984	,004
Índice de L. Econômica	,117	,014	,635	8,431	,000

R^2 0,483; R^2 ajust. 0,461; F= 21,49

Fonte: Elaboração dos autores.

Os resultados indicam que, controlando pelas demais variáveis, cada ponto percentual adicional do PIB resulta em 3% a mais de chance de o país ser democrático, no entanto, o coeficiente não foi estatisticamente significativo ($\beta = 0,030$; erro-padrão = 0,068; p-valor= 0,664).

Já a Taxa de Crescimento do PIB mostrou um efeito positivo e estatisticamente significativo ($\beta = 0,067$; erro-padrão = 0,029; p-valor= 0,025). Portanto, para cada ponto percentual de crescimento econômico de um país da América Latina, aumenta-se em aproximadamente 6% o seu nível de democracia.

Para cada ponto a mais de desigualdade diminui-se em cerca de 7% a chance de um país da América Latina ser democrático, portanto, o índice de Gini mostrou um efeito negativo e significativo ($\beta = -0,073$; erro-padrão = 0,025; p-valor= 0,004). Logo, foi

¹⁰ Seguimos, assim, os estágios propostos por Figueiredo Filho et al (2011) no sentido de: 1- Definir o problema de pesquisa, selecionar as variáveis (dependente e independentes) e estabelecer a relação esperada entre as variáveis (no nosso caso, relação positiva entre as quatro variáveis independentes e a dependente); 2- Maximizar o número de observações (consultar tabela 1); 3- Verificar se os dados seguem o pressuposto do modelo de regressão; 4- Estimar o modelo; e, por fim, 5- Interpretar os resultados (FIGUEIREDO FILHO et al, 2011, p.61)

corroborada a hipótese de Przeworski (1997), onde a democracia tem mais chances de sobreviver diante de uma desigualdade decrescente.

O índice de Liberdade Econômica mostrou um maior poder explicativo entre as variáveis do modelo. O efeito foi positivo e estatisticamente significativo ($\beta = 0,117$; erro-padrão = 0,014; p-valor= 0,000). Ou seja, para cada ponto a mais na avaliação do nível de liberdade econômica aumenta-se em aproximadamente 11% a chance de um país da América Latina ser democrático.

Portanto, ao contrário do que Przeworsky et al (1997) afirmam, não foi possível concluir que a riqueza de um país, especialmente um país da América Latina, tem uma relação positiva significativa com os níveis de democracia. Entretanto, confirmam-se as hipóteses dos mesmos autores de que a democracia está relacionada a baixos níveis de desigualdade e a um maior crescimento econômico. Do mesmo modo, a constatação, por parte de um estudo histórico, feita por Chang (2004) de que robustez democrática não leva a desenvolvimento econômico também parece não se validar.

Esses resultados devem ser observados com cautela diante da limitação dos dados. Em primeiro lugar, não foi possível igualar o número de casos sobre índice de Gini caiu de 152 para 92, como já afirmado anteriormente. Outra ressalva é que o índice de liberdade econômica, como foi descrito no início deste trabalho, é uma média aritmética de fatores como direitos de propriedade, nível de corrupção, gastos de governo, liberdade fiscal, comercial, de trabalho, monetária, financeira, de investimento, entre outros. Portanto, o índice da fundação Heritage utilizado neste trabalho dá o mesmo peso para diferentes aspectos que contribuem para a liberdade econômica, o que pode superestimar ou subestimar a importância de determinados critérios de avaliação. Já o Polity IV possui critérios de avaliação de regimes diferentes de outros índices também bem conceituados como o Freedom House, o que pode gerar alguma diferença na medição da variável dependente.

Destaca-se que a hipótese central do nosso trabalho não foi rejeitada. A liberdade econômica mostrou interferir positivamente nos níveis de democracia na América Latina. Além disso, também foi corroborada a segunda hipótese: o índice de liberdade econômica é o fator que melhor explica a democracia na América Latina diante das principais variáveis econômicas utilizados pela literatura para explicar a democracia. Portanto, buscamos contribuir para os estudos da ciência política, especialmente a área da democracia e desenvolvimento econômico, demonstrando que o índice de liberdade

econômica é um indicador que deve ser analisado com especial atenção pelos nossos colegas cientistas como um fator de considerável importância para o desenvolvimento da democracia na América Latina.

Considerações Finais

Ao levantar estimativas sobre democracia e desempenho econômico, os resultados erguidos por esta pesquisa levaram a corroborar as pesquisas que já afirmavam a relação entre alta qualidade na democracia e baixos níveis de desigualdade e a um maior crescimento econômico. Os resultados obtidos, apesar de não mostrar significância na relação entre a riqueza de um país, especialmente um país da América Latina, com os níveis de democracia, sugerem que o índice de liberdade econômica interfere positivamente nos níveis de democracia e é o fator que mais se aproxima de uma explicação sobre a democracia na América Latina entre as variáveis econômicas estudadas.

A liberdade econômica mostrou interferir positivamente nos níveis de democracia na América Latina, confirmando que os países em desenvolvimento são constantemente levados a adotar políticas eficazes e instituições eficientes como forma de garantir o desenvolvimento econômico. Dessa forma, o desenvolvimento econômico contribuirá para um maior equilíbrio do sistema político, com a preservação da estrutura política e trará mais estabilidade para o funcionamento eficaz da democracia em uma sociedade, trazendo ganhos positivos para o bem estar dos cidadãos.

Portanto, este trabalho buscou contribuir para os estudos da ciência política trazendo uma análise que pretende cooperar com futuros estudos da democracia na América Latina, mostrando que o índice de liberdade econômica é um indicador de considerável importância para o desenvolvimento da democracia na América Latina e, que, o desenvolvimento econômico seria uma forma de o regime democrático se constituir em uma situação de solidez e maior eficácia, resultando em uma democracia de maior qualidade.

Referências Bibliográficas

BARRO, Robert J. **Government spending in a simple model of endogenous growth**. National Bureau of Economic Research, 1990.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.

DAHL, Robert A. **Polyarchy: Participation and opposition**. New Haven, CT: Yale University Press, 1972.

DANCEY, Christine P.; REIDY, John. **Estatística sem matemática para psicologia: usando SPSS para windows**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JUNIOR, José Alexandre. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 1, 2010.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto et al. O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 1, 2011.

_____, Dalson Britto et al. When is statistical significance not significant?. **Brazilian Political Science Review**, v. 7, n. 1, p. 31-55, 2013.

FINDLAY, Ronald. **The New Political Economy: Its Explanatory Power For LDCS***. *Economics & Politics*, v. 2, n. 2, p. 193-221, 1990.

HAGGARD, Stephan. **Pathways from the periphery: The politics of growth in the newly industrializing countries**. Cornell University Press, 1990.

HUNTINGTON, S. **Political order in changing societies** New Haven: Yale U. 1968.

_____, e Jorge I. DOMINGUEZ. **Political development**. In: Greenstein, F.I. e N.W. Polsby, orgs. *Handbook of political science*. Vol. 3. Reading: Addison-Wesley, 1975.

JANZ, Nicole. **Bringing the Gold Standard into the Classroom: Replication in University Teaching**. *International Studies Perspectives*, 2015.

KING, G. **“Replication, Replication.”** *PS: Political Science and Politics* 28, p. 443-499, 1995.

LIPSET, Seymour Martin. **Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy**. *The American Political Science Review*, v. 53, n. 1, p. 69-105, 1959.

MARSHALL, Monty G.; COLE, Benjamin R. **Global Report 2014 - Conflict, Governance, and State Fragility** (PDF). Center for Systemic Peace. July 23, 2014.

MARSHALL, Monty G.; GURR, Ted Robert; JAGGERS, Keith 2014: **POLITY™ IV PROJECT. Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2012**. Dataset Users' Manual, Colorado State University (p4manualv2012.pdf)

MILLER, Terry and KIM, Anthony B., 2016 **Index of Economic Freedom** (Washington, DC: The Heritage Foundation and Dow Jones & Company, Inc., 2016), <http://www.heritage.org/index>,

MUNCK, Gerardo L., and Jay VERKUILEN. **Conceptualizing and measuring democracy: Evaluating alternative indices**. *Comparative Political Studies* 35, p. 5–34. 2002.

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge university press. 1990.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillipe. **Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies**. Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press, 1986.

OLSON, Mancur. **Autocracy, democracy, and prosperity**. *Strategy and choice*, v. 131, n. 157, p. 131-57, 1991.

PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. **Democratic Capital: The Nexus of Political and Economic Change**. *American Economic Journal*, v. 1, n. 2, 2009. pp. 88-126.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

PRZEWORSKI, Adam. **The state and the economy under capitalism**. *Fundamentals of pure and applied economics*, vol. 40. Chur, Suíça: Harwood Academic Publishers, 1990.

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. **Regimes políticos e crescimento econômico**. *Novos Estudos*, n. 37, p. 174-189, 1993.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. **Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. **O que mantém as democracias?** *Lua Nova*, n. 40/41, p. 113-135, 1997.

RAO, Vaman. **Democracy and economic development**. *Studies in Comparative International Development (SCID)*, v. 19, n. 4, p. 67-81, 1984.

ROSS, Michael. **Does Oil Hinder Democracy?** *World Politics*, v. 51, abril, 2001. pp. 325-61.

TEORELL, Jan. **Determinants of Democratization:** Explaining Regime Change in the World, 1972-2006. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América.** Tradução de Francisco Weffort. São Paulo: Abril S. A. Cultural, 1985.